

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes Homsí (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

CURSOS TÉCNICOS

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Seciteci) publicou o edital do processo seletivo para os cursos gratuitos ofertados pelas Escolas Técnicas Estaduais (ETECs). Ao todo, são 15 cursos no período noturno, com turmas distribuídas em 22 cidades de Mato Grosso. As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas até 3 de maio.

VAGAS

As vagas são preenchidas por meio de sorteio. A lista final de inscritos aptos a participar do sorteio será publicada no dia 18 de maio. O sorteio será realizado nos dias 22 e 23 de maio, com transmissão ao vivo pelo canal oficial da Seciteci no YouTube. O resultado final será divulgado no dia 11 de junho, e o início das aulas está previsto para 21 de julho.

OFERTA

O edital contempla a oferta de cursos técnicos em diversas regiões de Mato Grosso, todos com 40 vagas por turma. Em Tangará da Serra, há o curso de Administração, além dos cursos de Agropecuária e Enfermagem em Diamantino, Agricultura em Nortelândia e Saúde Bucal em Sapezal. No município de Lucas do Rio Verde, é ofertado o curso de Logística.

ARTIGO//

Mudança no CNPJ expõe fragilidades estruturais nas aplicações corporativas

O ambiente corporativo brasileiro passa por uma mudança regulatória relevante, a adoção do novo formato alfanumérico do CNPJ, que passará a combinar letras e números em seus 14 caracteres. A alteração surge como resposta ao esgotamento das combinações exclusivamente numéricas diante do crescimento contínuo do número de empresas no país. Em essência, trata-se de uma atualização cadastral. Na prática, seus efeitos se espalham por praticamente todo o ecossistema tecnológico das organizações. O CNPJ está presente em ERPs, CRMs, plataformas de e-commerce, sistemas fiscais, soluções de BI, gateways de pagamento, integrações bancárias, APIs de parceiros e conexões com órgãos públicos e muitos outros sistemas legados. E em muitos desses sistemas não é apenas um campo de cadastro, mas um identificador estruturante, profundamente incorporado às regras de negócio e aos fluxos operacionais das empresas. O impacto vai além dos sistemas legados Embora ambientes legados ampliem a complexidade da adaptação, o impacto da mudança não se restringe a tecnologias antigas. Mesmo aplicações modernas, incluindo soluções SaaS e arquiteturas cloud-native, precisarão revisar validações, contratos de integração e modelos de dados. Em muitos contextos, o CNPJ foi historicamente tratado como valor estritamente numérico, influenciando regras internas, máscaras

de entrada e estruturas de banco de dados. Alterar essa lógica exige mais do que ajustes superficiais, demanda revisão estrutural das camadas de processamento e integração em muitos casos. Segundo pesquisas da McKinsey, organizações com altos níveis de débito técnico apresentam uma probabilidade 40% maior de enfrentar falhas ou interrupções em seus projetos de modernização quando comparadas com aquelas que mantêm suas infraestruturas e arquiteturas atualizadas. Além disso, a transição será híbrida. Os CNPJs já emitidos permanecerão válidos no formato exclusivamente numérico, enquanto novos registros adotarão o padrão alfanumérico. Isso significa que as aplicações precisarão operar simultaneamente com dois formatos distintos. Garantir compatibilidade total entre esses modelos exigirá arquitetura resiliente, governança de dados consistente e testes integrados abrangentes. Conexões críticas pouco mapeadas O ponto mais sensível dessa mudança está nas dependências que muitas vezes não estão claramente documentadas. Em diversas organizações, o CNPJ é utilizado como chave lógica, critério de indexação ou parâmetro de integração em múltiplos sistemas. Nem sempre esses vínculos estão plenamente mapeados. Em ambientes com alto volume transacional, qualquer inconsistência pode gerar rejeições fiscais, falhas na comunicação com parceiros, divergências em relatórios gerenciais e até interrupções operacionais. Empresas com elevado endividamento técnico ou documentação arquitetural insuficiente tendem a enfrentar maior exposição a riscos durante esse processo de adequação. O risco do prazo aparentemente confortável As diretrizes estabelecidas pela Receita Federal e pelo ENCAT definem janelas claras de implementação. O erro mais comum é assumir que a

alteração é simples por se tratar, à primeira vista, de um identificador cadastral. No entanto, o tempo necessário para mapear dependências, revisar integrações, ajustar fluxos internos de processamento e validar todos os cenários pode ser significativamente maior do que o imaginado. Para organizações que processam milhões de transações diariamente, o intervalo entre testes e entrada em produção pode ser curto. Antecipar o inventário técnico, revisar contratos de dados e iniciar ciclos estruturados de homologação torna-se medida essencial para mitigar riscos e evitar impactos operacionais inesperados. Mais do que conformidade Apesar de ser uma exigência regulatória, a adaptação ao CNPJ alfanumérico pode representar uma oportunidade estratégica de revisão arquitetural. O processo permite identificar fragilidades antigas, eliminar soluções provisórias acumuladas ao longo do tempo e estabelecer padrões de desenvolvimento mais sustentáveis. Empresas que conduzirem essa transição com planejamento adequado não apenas atenderão à mudança regulatória de padrão, mas também fortalecerão sua resiliência tecnológica e reduzirão vulnerabilidades estruturais. A mudança do CNPJ não é disruptiva por si só, mas funciona como um termômetro claro da maturidade digital das organizações. A mudança do CNPJ desafia governança, arquitetura, capacidade de execução e maturidade tecnológica. Tratar o tema apenas como ajuste regulatório provoca reação sob pressão. Uma abordagem estratégica transforma a situação em oportunidade para fortalecer estruturas, corrigir fragilidades e otimizar a gestão dos identificadores, refletindo a forma como cada empresa decide enfrentar a transformação.

Rodrigo Costa, CTO & Head de Digital Business da Kron Digital

DEFENSORIA PÚBLICA PARTICIPA DE MAIS DE 350 AUDIÊNCIAS EM MUTIRÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPEMT) atuou intensamente, entre os dias 16 e 27 de março, em um mutirão de audiências focado no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, em Tangará da Serra.

No total, a instituição participou de 353 audiências virtuais – das 493 audiências agendadas para o período, envolvendo casos relacionados à Lei Maria da Penha, garantindo que os réus tivessem assistência jurídica gratuita e que o direito de defesa fosse respeitado.

O mutirão foi realizado pelo Poder Judiciário e contou também com o apoio de juízes, promotores e advogados, com o objetivo de agilizar o julgamento de processos de violência doméstica e familiar que tramitam na 2ª Vara Criminal de Tangará da Serra.

Para atender à alta demanda, a Administração Superior da DPEMT montou uma escala estratégica com 11 defensores públicos de diversas comarcas designados para atuar em regime de esforço concentrado.

O defensor público João Vicente Nunes Leal, que realizou cerca de 50 audiências no mutirão, des-



FOTO: DIVULGAÇÃO

tacou que a atuação institucional é fundamental para enfrentar a complexidade desse tipo de crime, muitas vezes potencializado por fatores como o consumo de álcool e questões comportamentais.

“O objetivo do mutirão foi alcançado ao dar vazão a processos que aguardavam julgamento, contribuindo para interromper o ciclo de violência no ambiente familiar”, afirmou o defensor.

As audiências ocorreram prioritariamente no período da manhã, sem prejuízo da atuação regular dos defensores, garantindo a agilidade necessária para decisões judiciais, fossem elas condenações ou absolvições, sempre respeitando o devido processo legal.